

O QUE É UMA MULHER?: Alianças discursivas entre conservadores e feministas radicais na campanha de dignidade menstrual no Instagram do Ministério das Mulheres e da Saúde¹

WHAT IS A WOMAN?: Discursive alliances between conservatives and radical feminists in the menstrual dignity campaign on the Instagram of the Ministry of Women and Health

Aline Czezacki Kravutschke²

Dandara Oliveira Lima³

Lucas Lima Jansen⁴

Resumo: *O presente artigo analisa as formações discursivas manifestadas nos comentários do Instagram do Ministério das Mulheres e do Ministério da Saúde em resposta à campanha do Programa Dignidade Menstrual (2023). O estudo investiga a reação pública à adoção institucional de terminologias inclusivas, como “pessoas que menstruam”. Metodologicamente, a pesquisa articula a Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) para a categorização de 1.586 comentários e a Análise de Discurso de vertente francesa (Maingueneau, 1997; 2020), em diálogo com o conceito de biopoder (Foucault, 2005). Os resultados confirmam a consolidação de uma aliança discursiva tática entre grupos conservadores e vertentes do feminismo radical. Apesar de possuírem matrizes antagônicas, ambas as frentes convergem na mobilização de um léxico bioessencialista para invalidar o acesso de identidades trans e não binárias à política pública, exigindo que o Estado atue como o avalista máximo da cisnormatividade e da exclusão institucional.*

Palavras-Chave: Dignidade Menstrual. Análise de Discurso. Bioessencialismo.

Abstract: *This article analyzes the discursive formations manifested in the Instagram comments of the Ministry of Women and the Ministry of Health in response to the Menstrual Dignity Program campaign (2023). The study investigates the public reaction to the institutional adoption of inclusive terminologies, such as "people who menstruate".*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Doutoranda em Comunicação na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Madalenas em Ação: Estudos Feministas e de Gênero em Comunicação. <http://lattes.cnpq.br/0728223489503711>. alineczezacki@gmail.com.

³ Mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Madalenas em Ação: Estudos Feministas e de Gênero em Comunicação. <http://lattes.cnpq.br/8876414646653444>. <https://orcid.org/0000-0003-2899-9250>. dandara.olima@gmail.com.

⁴ Professor da Estácio Brasília e do Senac/DF. Doutorando e Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa CNPq Madalenas em Ação: Estudos Feministas e de Gênero em Comunicação. <http://lattes.cnpq.br/3254160265073055>. <https://orcid.org/0000-0003-4110-8117>. lucaslimajansen94@gmail.com.

Methodologically, the research articulates Content Analysis (Bardin, 1977) for the categorization of 1,586 comments and French Discourse Analysis (Maingueneau, 1997; 2020), in dialogue with the concept of biopower (Foucault, 2005). The results confirm the consolidation of a tactical discursive alliance between conservative groups and strands of radical feminism. Despite having antagonistic matrices, both fronts converge in the mobilization of a bioessentialist lexicon to invalidate the access of trans and non-binary identities to public policy, demanding that the State act as the ultimate guarantor of cisnormativity and institutional exclusion.

Keywords: Menstrual Dignity. Discourse Analysis. Bioessentialism.

Introdução

Desde a criação do Ministério das Mulheres, em janeiro de 2023, e com o anúncio de Cida Gonçalves à frente da pasta, um grupo organizado de mulheres passou a exigir que a ministra esclarecesse qual a interpretação que o Ministério daria para a palavra “mulher”. Este questionamento carregava um sentido político cujo objetivo era impedir, através do constrangimento, que o Ministério atuasse também a favor de mulheres transgênero e travestis. Era comum que tais comentários fossem acompanhados de termos depreciativos e homotransfóbicos, como “homem de batom”, “gênero sintético”, “lobby queer” e “homem com disforia”. Isto ocorria, principalmente, quando a pasta anunciava temas relacionados com a saúde sexual e reprodutiva em associação com o Ministério da Saúde. Um tema em especial que aflorou os ânimos dos seguidores no Instagram do Ministério das Mulheres foi o Programa Dignidade Menstrual, anunciado em 8 de março de 2023.

A partir de então, em diversos comunicados das duas pastas e de outros órgãos governamentais, o Governo Federal enfrentou o desafio de comunicar que a política pública de distribuição de absorventes não se destinava apenas ao grupo social cisgênero entendido enquanto mulheres, mas também a pessoas transgênero, não binárias e intersexo. Porém, frente à tentativa de se comunicar com esses grupos a partir de termos agêneros, como “pessoas que menstruam” ou “pessoas com útero”, duas comunidades discursivas reagiram em posições aparentemente divergentes, mas que, ao fim, exigiam a mesma explicação: “o que é uma mulher?”. De um lado, encontrava-se um grupo de mulheres que denunciava um suposto apagamento da categoria mulher; do outro, fundamentalistas e conservadores que questionavam se seria possível que outro corpo além do corpo feminino pudesse menstruar.

Diante desse cenário de disputa e hostilidade digital, o presente trabalho tem como objetivo analisar as formações discursivas manifestadas nos comentários do perfil do

Ministério das Mulheres no Instagram em resposta à campanha do Programa Dignidade Menstrual. Partimos da hipótese de que, a despeito de suas matrizes ideológicas aparentemente antagônicas, consolidou-se uma aliança discursiva tática entre grupos conservadores, pautados num binarismo religioso e moral, e vertentes do feminismo radical, amparadas num determinismo biológico. Para compreender como essas comunidades operaram para interditar o acesso de identidades trans e não binárias ao debate e à própria política pública, este estudo mobiliza a combinação da Análise de Conteúdo e da Análise de Discurso de linha francesa, em diálogo com a perspectiva foucaultiana sobre o biopoder e o controle dos corpos.

Para além desta Introdução e das Considerações Finais, o presente estudo estrutura-se em três seções. Na seção *Gênero e misoginia como categorias analíticas de sistemas de poder*, estabelecemos o enquadramento teórico, debatendo a misoginia e o gênero não como desvios comportamentais isolados, mas enquanto dispositivos estruturais de controle e silenciamento. Na segunda seção, *Da constituição do corpus à análise de conteúdo*, detalhamos o percurso analítico e a constituição do *corpus*, que engloba as publicações e os respectivos comentários extraídos do perfil de Instagram do Ministério das Mulheres. De seguida, na seção *Formações discursivas analisadas*, debruçamo-nos sobre o material empírico à luz da Análise de Discurso francesa, evidenciando as convergências táticas entre o bioessencialismo conservador e o feminismo radical. Por fim, sintetizamos as reflexões alcançadas, sublinhando as implicações destas alianças discursivas para a eficácia das políticas públicas e para a cidadania das pessoas trans e não binárias.

1. Gênero e misoginia como categorias analíticas de sistemas de poder

Para compreender a hostilidade direcionada à pluralidade identitária no debate público contemporâneo, é imprescindível estabelecer o gênero não como um mero atributo biológico, mas como um elemento estruturante das assimetrias sociais. Conforme postula Joan Scott (1986, p. 1067, tradução dos autores), o gênero opera como o “elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos” e, fundamentalmente, atua como a “forma primária de dar significado às relações de poder”. A partir desta perspectiva, compreende-se que a invenção e a cristalização dessa diferença servem como base para a construção de um sistema social estratificado, o qual determina posições radicalmente distintas para homens e para mulheres. É por meio desta categorização que se legitima uma

ordem patriarcal e colonial em que o homem branco, historicamente, se consolida, como bem pontua Michel Foucault (2005, p. 72-73), como “aquele que detém o poder e é titular da norma”, relegando à margem ou à subordinação as identidades que escapam a esta normatividade.

Para garantir a manutenção dessa hierarquia e policiar as identidades que ameaçam a norma, aciona-se a misoginia, um conceito que, assim como outras terminologias das ciências sociais, é alvo de disputas. Distanciando-se da noção simplista de que a misoginia se resume a um mero “ódio às mulheres” ou a uma característica psicológica de indivíduos isolados que sentem medo ou desprezo, adotamos a perspectiva de Kate Manne. Para a autora, a misoginia atua como um “sistema que opera dentro de uma ordem social patriarcal para vigiar e fazer valer a subordinação das mulheres e para manter a dominância masculina” (Manne *apud* Valente, 2023, p. 10). Sob essa ótica, ela deve ser compreendida como o mecanismo tático de um sistema social maior, notadamente capitalista, patriarcal e colonial, manifestando-se, inclusive, como uma hostilidade punitiva contra aquelas que se recusam a cumprir os papéis de gênero exigidos pelo patriarcado, como os de mãe e esposa dedicadas.

É neste cenário de policiamento das fronteiras do gênero que a disputa em torno da pergunta “o que é uma mulher?” ganha contornos de violência política. Historicamente, a redução da mulher à sua biologia, em especial à sua capacidade reprodutiva e a aspetos fisiológicos como a menstruação, foi o pilar do determinismo utilizado pelo patriarcado para justificar a subordinação feminina. Ao longo do século XX, teóricas como Simone de Beauvoir (1967) desconstruíram este argumento naturalista, evidenciando que a condição de mulher é uma construção social, cultural e política, e não um destino anatômico. Contudo, o que se observa no debate público contemporâneo é o resgate estratégico desse bioessencialismo. A exigência de uma definição estritamente fisiológica para a categoria mulher opera, paradoxalmente, como uma ferramenta misógina, mobilizada para policiar a pluralidade identitária e interditar o reconhecimento, a cidadania e o acesso a políticas públicas por parte de pessoas trans e não binárias.

Face a essa interdição imposta pelo determinismo biológico, a pesquisadora Letícia Nascimento (2021) introduz uma ruptura epistêmica a partir da perspectiva transfeminista, consubstanciada na provocação: “e não posso ser eu uma mulher?”. Ao questionar a possibilidade de definir as sujeitas do feminismo sem recorrer a uma matriz estritamente biológica, a autora denuncia a persistência de discursos bioessentialistas que teimam em

condicionar o gênero aos aspectos anatômicos de diferenciação sexual. A manutenção dessa ideia universal e estática da categoria mulher opera como um mecanismo de exclusão que relega as mulheres transgênero e travestis a um lugar de não existência, tratando-as historicamente como estrangeiras do gênero. Assim, o transfeminismo reivindica a urgência de desnaturalizar constantemente a categoria gênero para dar conta das múltiplas mulheridades, superando os essencialismos que limitam tanto a liberdade de performatividade identitária quanto o direito político à autodefinição.

Em consonância com esta necessidade de desnaturalização, a vivência das identidades transexuais e travestis subverte a lógica de que a anatomia dita o destino e o lugar social dos sujeitos. Como aponta Elias Ferreira Veras (2019), a reivindicação destas identidades desloca a centralidade do debate: o gênero deixa de ser lido como uma mera constatação fisiológica imposta à nascença para se afirmar no campo do ser e da existência autoconstruída. Ao exigirem o reconhecimento das suas identidades e feminilidades, as mulheres trans e travestis desestabilizam o binarismo hegemônico que sustenta o patriarcado. Deste modo, compreende-se que a tentativa de as invisibilizar ou excluir de políticas públicas de saúde, sob o pretexto de uma suposta defesa da biologia, atua, na verdade, como um dispositivo de punição e de silenciamento contra os corpos que ousam transgredir a norma cisgênero.

É perante este cenário de reivindicações e de visibilidade crescente das identidades trans, travestis e não binárias que emerge uma forte reação conservadora, motivada pelo que se convencionou chamar de choque progressista. À medida que os debates sobre gênero e sexualidade avançam e ameaçam a hegemonia patriarcal, consolida-se, sobretudo no ambiente digital, uma contraofensiva organizada. Neste contexto, ganha força a chamada machosfera (um ecossistema de fóruns e comunidades online onde a misoginia, a masculinidade tóxica e a homotransfobia são retroalimentadas e articuladas politicamente). Como alerta Valente (2023) na sua análise sobre a misoginia na internet, o ódio online não se resume a manifestações desordenadas de preconceito, mas opera como uma tática de silenciamento e controle. No caso específico dos ataques à campanha do Ministério das Mulheres, a mobilização coordenada de discursos depreciativos funciona como uma resposta reacionária que visa disciplinar e punir os corpos que desafiam o binarismo, transformando as seções de comentários em verdadeiras arenas de policiamento de gênero.

Para além do ambiente digital, essa articulação reacionária produz consequências materiais alarmantes, evidenciando que o ódio online tem rebatimentos diretos na vida física.

No Brasil, a transfobia configura-se como uma realidade profundamente violenta e letal. Segundo os dados apresentados por Bruna Benevides (2022), o país manteve-se, pelo 13º ano consecutivo, como a nação que mais assassina pessoas trans e travestis no mundo, um cenário agravado pela inação do Estado na formulação de políticas públicas de enfrentamento. Essa letalidade estrutural dialoga de forma direta com a perspectiva de Françoise Vergés (2021), que defende não ser possível isolar as violências contra as mulheres de um estado global de violências. Para a autora, “a violência é um componente estruturante do patriarcado e do capitalismo” (Vergés, 2021, p. 12), e não um mero desvio de conduta. Portanto, a disputa semântica nos comentários sobre quem tem o direito de ser reconhecido na política de dignidade menstrual não é apenas uma divergência de opiniões; é a manifestação tática de um sistema punitivo que, historicamente, delega à morte ou à invisibilidade institucional os corpos que escapam à norma cisheteropatriarcal.

2. Da constituição do *corpus* à análise de conteúdo⁵

Para atender aos objetivos desta pesquisa, optamos por um procedimento metodológico híbrido, que integra abordagens quantitativas e qualitativas, alinhando-se aos protocolos da análise de conteúdo propostos por Laurence Bardin (1977), em conjunto com a análise de discurso de vertente francesa, conforme Dominique Maingueneau (1997; 2020). Essa abordagem combinada permite uma compreensão dos comentários sobre dignidade menstrual nas publicações do Ministério das Mulheres e do Ministério da Saúde no Instagram, capturando tanto os aspectos semânticos quanto os sócio-políticos presentes nos discursos.

Para a constituição do *corpus* analítico, foram selecionadas duas publicações veiculadas no Instagram, fruto de uma campanha colaborativa⁶ sobre dignidade menstrual entre o Ministério das Mulheres e o Ministério da Saúde. A primeira postagem⁷ (Quadro 1), datada de 20 de março de 2023, consiste em um carrossel de cinco imagens assinadas conjuntamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério das Mulheres, Ministério da

⁵ Nota metodológica de transparência e responsabilidade: na preparação deste artigo, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial Gemini (integrada ao Google Docs) para a revisão linguística e aprimoramento da organização estrutural. A análise crítica e os juízos avaliativos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores, em conformidade com os princípios de ética científica exigidos no âmbito acadêmico.

⁶ As *collabs* são publicações em conjunto com um ou mais perfis no Instagram, alcançando um público mais abrangente.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqBMpALLA4n/?igsh=bjBsc3lwdXE1ZjM0>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Saúde e Governo Federal. A segunda publicação⁸ (Quadro 2), veiculada em 22 de junho de 2023, segue o mesmo formato de carrossel, contendo sete imagens e as mesmas assinaturas institucionais. Importa ressaltar que a decupagem do material, a seguir apresentada, limitou-se à descrição textual dos conteúdos veiculados. A inclusão de descrições pormenorizadas de elementos visuais, como imagens, vetores, fotografias ou ícones, mostrou-se desnecessária, visto que tais elementos não contribuem diretamente para a análise dos comentários e dos embates discursivos que constituem o foco central desta investigação.

QUADRO 1

Decupagem da publicação no Instagram: “Dignidade menstrual é um direito humano”, do Ministério das Mulheres

Imagem	Texto
1	Dignidade menstrual é um direito humano. Agora, o SUS oferta absorventes gratuitamente para mulheres e pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade.
2	8 milhões de pessoas que menstruam serão beneficiadas. De baixa renda, matriculadas em escolas da rede pública de ensino; em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema; recolhidas em unidades do sistema prisional; e em cumprimento de medidas socioeducativas.
3	Investimento de R\$418 milhões por ano. A compra e distribuição será feita de forma centralizada pelo Ministério da Saúde.
4	Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual. Com acesso a absorventes, item básico de higiene, promovemos o direito à vida escolar, à carreira profissional, além do direito a uma vida sexual e reprodutiva saudável, sem que as funções biológicas interfiram na qualidade de vida e limitem oportunidades.
5	Quer saber mais? Confira o Decreto N° 11.432, assinado pelo presidente Lula na cerimônia de 8 de março. Mais uma entre dezenas de ações do Governo que respeita todas as mulheres.

FONTE: https://www.instagram.com/p/CQlZTTuB3Lg/?img_index=1

QUADRO 2

Decupagem da publicação no Instagram: “Mais um passo para a dignidade menstrual”, do Ministério das Mulheres

Imagem	Texto
1	Mais um passo para a dignidade menstrual! Regras para distribuição de absorventes higiênicos já estão disponíveis Arraste para conferir.
2	Quem poderá acessar? O público-alvo é formado por pessoas registradas no Cadastro Único do governo federal e abrange pessoas em situação de rua ou de pobreza. Inclui ainda pessoas matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino, que pertençam a famílias de baixa renda, assim como aquelas que estejam no sistema penal ou cumprindo medidas socioeducativas.

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtZHTyYr8Ey/?igsh=MWRrYzl4azJmM3ZqcO%3D%3D>. Acesso em: 13 mar. 2024.

3	Como serão distribuídos? Os absorventes serão distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, presídios e instituições para cumprimento de medidas socioeducativas.
4	E mais... Também serão realizadas campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual e combater a desinformação. Os agentes públicos que serão responsáveis pela distribuição serão capacitados em cursos de curta duração e ações de educação coletiva
5	Por que é importante? Dignidade menstrual envolve aspectos de saúde pública, educação, cidadania e autoestima. Há milhares de pessoas que menstruam sem acesso a absorventes e isso pode causar abandono estudantil de jovens que deixam de frequentar a escola por vergonha e diversas doenças em pessoas que usam soluções inapropriadas para a contenção do fluxo menstrual.
6	Respeito para as mulheres. Dignidade menstrual envolve aspectos de saúde pública, educação, cidadania e autoestima. Há milhares de pessoas que menstruam sem acesso a absorventes e isso pode causar abandono estudantil de jovens que deixam de frequentar a escola por vergonha e diversas doenças em pessoas que usam soluções inapropriadas para a contenção do fluxo menstrual.
7	Acompanhe os próximos passos dessa jornada para levar mais dignidade para cerca de 24 milhões de pessoas.

FONTE: <https://www.instagram.com/p/CtzHTyYr8Ey/>

A partir destas postagens, que acumularam um total de 1.586 comentários e respostas, constituiu-se o núcleo do objeto empírico desta investigação. Para garantir uma organização eficiente e possibilitar a imersão analítica, todos esses dados textuais gerados pelo público foram extraídos e sistematizados em uma planilha utilizando a ferramenta *Exportcomments*⁹.

Em conformidade com os pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), o tratamento deste *corpus* obedeceu a três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante de todo o material planilhado, o que permitiu o mapeamento das regularidades semânticas e a definição das unidades de registro. A partir desta imersão, o processo de codificação revelou que os debates nos comentários transcendiam a política de distribuição de absorventes em si, concentrando-se fortemente na terminologia empregada pelo Ministério.

Ainda durante esta fase de pré-análise e consolidação do material, estabeleceu-se um critério rigoroso de triagem amparado na regra da pertinência (Bardin, 1977). De forma deliberada, os pesquisadores optaram por desconsiderar da amostra analítica final as unidades de registro que não apresentassem densidade discursiva para a investigação. Sendo assim,

⁹ Ferramenta online e extensão de navegador projetada para extrair comentários, curtidas e dados de postagens de mídias digitais (Instagram, Facebook, YouTube, LinkedIn) para planilhas Excel ou CSV.

foram sistematicamente excluídas as interações compostas exclusivamente por emojis, marcações de outros perfis desacompanhadas de texto, bem como comentários que não possuíam qualquer relação com o objeto da pesquisa ou com a política pública em questão. Esta depuração do material bruto foi um passo metodológico essencial para focar a investigação na materialidade textual, garantindo que a categorização subsequente incidisse estritamente sobre os enunciados que efetivamente expressassem disputas de sentido e posicionamentos ideológicos.

Desta exploração, emergiram três categorias temáticas principais que organizaram o conflito digital:

a) O bioessencialismo e a interdição de gênero: Esta categoria agrupa a maioria dos comentários que rechaçam o termo “pessoas que menstruam”. Nela, encontram-se as manifestações que ancoram a identidade feminina estritamente na biologia reprodutiva (posse de útero e cromossomos XX), fundindo discursos de matriz conservadora/religiosa e argumentos alinhados ao feminismo radical. São representativos desta categoria comentários repetitivos como “apenas mulheres menstruam” e reações de deboche direcionadas a homens trans;

b) A pedagogia da inclusão e a defesa da pluralidade: Neste eixo, foram categorizados os comentários de usuários que atuaram como contraponto ao discurso bioessencialista. São interações que buscam justificar cientificamente e socialmente a escolha textual do Ministério, explicando didaticamente a existência de homens trans e de pessoas intersexo, na tentativa de legitimar o acesso destas identidades à política pública; e

c) O tensionamento político-institucional e o desvio de foco: Uma terceira categoria periférica reuniu comentários que ignoram o debate de gênero para atacar o Governo Federal. Este eixo concentra cobranças de outras pautas (como a exigência do piso salarial da enfermagem), acusações de corrupção e críticas à alocação de verba pública.

Diante dessa triagem categorial sistêmica que se tornou possível isolar o núcleo duro do embate, concentrado na primeira categoria, preparando o terreno empírico para a aplicação da Análise de Discurso, que desvelará as formações discursivas ocultas nestes enunciados na seção a seguir.

3. Formações discursivas analisadas

A partir da triagem categorial que isolou o embate em torno da terminologia institucional, adentramos na análise discursiva. Sob a ótica da análise de discurso de vertente francesa e do pensamento foucaultiano, compreendemos que a linguagem empregada nos comentários não reflete meras opiniões individuais ou desabafos isolados, mas configura o local principal da disputa pelo poder. O controle do discurso é, em si mesmo, o próprio objeto do poder. Desse modo, as reações que exigem a definição do que é uma mulher frente ao Programa Dignidade Menstrual operam como formações discursivas voltadas a policiar as fronteiras do gênero, organizar o espaço e validar verdades excludentes.

3.1. A anatomia como destino: o léxico do bioessencialismo

Na primeira categoria de análise, o núcleo do embate concentra-se na rejeição ostensiva aos termos “pessoas que menstruam” e “pessoas com útero”, utilizados pelas pastas governamentais na tentativa de comunicar a política pública também a pessoas transgênero, não-binárias e intersexo. A exigência de um alinhamento estrito à biologia manifesta-se em comentários que ancoram a identidade feminina unicamente na fisiologia, como no exemplo extraído da publicação de 20 de março: “Uma dúvida: quem são essas ‘pessoas que menstruam’ além das mulheres? Palhaçada, hein?! APENAS, DIGO APENAS, AS MULHERES MENSTRUAM!” [sic]. Na postagem de 22 de junho, a mesma tática se repete em exclamações categóricas: “PESSOAS? OH negacionistas, MULHERES menstruam” [sic].

Essas materialidades discursivas evidenciam a mobilização da lógica biológica como justificativa direta para o silenciamento de corpos transgêneros, procurando negar-lhes o estatuto de sujeitos que podem ser beneficiados pela política pública. Trata-se de uma manifestação do biopoder teorizado por Foucault (2008), onde dinâmicas de controle produzem padrões sociais que instrumentalizam o indivíduo e excluem sumariamente os destoantes. Esta construção social ancorada estritamente na lógica binária (homem *versus* mulher) atua como um mecanismo de opressão e apagamento identitário, reforçando estigmas que invisibilizam corpos dissidentes nas esferas política, biológica e social (Kravutschke, 2023). Ao transpor esta análise especificamente para o objeto desta pesquisa, compreendemos, em sintonia com Willig (2021, p. 7), que observar a menstruação como uma

característica que remete à feminilidade e que faz parte da identidade da mulher escancara os dualismos subjacentes de relações de poder existentes na divisão binária de gênero.

Em diversos enunciados, o determinismo biológico funde-se à retórica religiosa para reforçar o binarismo hegemônico, a exemplo do seguinte comentário: “Além da mulheres quem são as ‘demais’ pessoas que menstruam?? Que loucura aaaaaa! DEUS fez homem (que não menstrua) e mulher (que menstrua), não tô conseguindo achar as ‘demais’. Cientificamente também só as Mulheres menstrua...” [sic]. A invocação divina associada à suposta obviedade científica demonstra como os aspectos biológicos são utilizados para tecer a cultura e condicionar as existências à dualidade ocidental. O argumento atua como um recurso de domesticação para padronizar o comportamento daquela que é lida como mulher, comprovando que ainda circulam com força discursos bioessencialistas que buscam, a todo custo, condicionar o gênero aos aspectos anatômicos de diferenciação sexual.

A reverberação deste discurso binário e cisnormativo no ambiente digital não é um fenômeno isolado, mas o reflexo direto de um projeto político institucionalizado no Brasil. Com o avanço da extrema direita a partir de 2018, a negação dos direitos humanos da população LGBTI+ ganhou contornos oficiais. O léxico excludente foi amplamente reforçado por figuras públicas ligadas a alas religiosas conservadoras, a exemplo da então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que chegou a celebrar publicamente uma suposta “nova era” em que “menino veste azul e menina veste rosa”. Durante o seu mandato, o próprio ex-presidente endossou ataques à pluralidade identitária ao defender publicamente que “o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda” e que “a Mariazinha seja Maria a vida toda”.

É precisamente este endosso político prévio que pavimentou o terreno, encorajou e hoje legitima a fúria discursiva observada nos comentários contra a campanha de dignidade menstrual. Contudo, essa disputa narrativa transcende a violência simbólica. Como adverte Bruna Benevides (2021), a hostilidade e o deboche despertados pelo debate de gênero operam como o estágio inicial de uma engrenagem letal. Ao analisar a dinâmica do ódio contra pessoas trans no país, a pesquisadora é categórica: “é um ciclo da violência que se inicia no discurso, que às vezes é dito em forma de piada e que se transforma em uma morte extremamente violenta e cruel” (Benevides, 2021). Portanto, a insistência em patrulhar a biologia nas redes governamentais atua como o verniz argumentativo que alimenta a transfobia estrutural e justifica a aniquilação dos corpos dissidentes.

3.2. A aliança tática: o pacto entre o conservadorismo e o feminismo radical

Ao analisarmos as reações contrárias à terminologia inclusiva adotada nas publicações, deparamo-nos com um fenômeno discursivo complexo: duas comunidades que reagem a partir de posições aparentemente divergentes acabam, ao fim, por exigir a mesma explicação governamental sobre o que é uma mulher. De um lado, manifestam-se mulheres que denunciam um suposto apagamento da categoria mulher frente às políticas públicas. Do outro lado, articulam-se grupos fundamentalistas e/ou conservadores que questionam a viabilidade biológica de que qualquer corpo, além do feminino padrão, possa menstruar.

Apesar das distintas matrizes ideológicas, encontramos nos comentários analisados a confluência de dois grupos sociais que exigem uma definição estritamente essencialista da mulher. Por um lado, a chamada machosfera promove um discurso reacionário alinhado a uma linguagem hegemônica masculina; por outro, feministas radicais exigem a eliminação do conceito de identidade de gênero das diretrizes das políticas públicas. Em comum, ambos os espectros buscam instituir e policiar um ideal inequívoco de mulher.

O encontro dessa pauta conservadora com uma ideologia de viés individualista configura-se, nos termos de Biroli, Machado e Vaggione (2020), como “uma lógica normativa e disciplinadora”. A partir dos comentários empíricos, é possível constatar a consolidação de uma verdadeira aliança discursiva tática. Nessa convergência, tanto conservadores quanto feministas radicais atuam para que pessoas transgênero não sejam enxergadas como parte integrante da agenda de dignidade menstrual, invalidando a necessidade de incluí-las na pauta pública e política como corpos que são sujeitos de direito.

A contrariedade nos dá pistas, portanto, sobre o mecanismo central desta formação discursiva: os questionamentos e as justificativas mobilizados para manifestar contrariedade ao uso do termo “pessoas que menstruam”, mesmo quando proferidos por vertentes feministas, baseiam-se e solidificam-se sob as mesmíssimas bases de exclusão da lógica conservadora.

3.3. O Estado como avalista da norma cisnormativa

Por fim, a dimensão final desta formação discursiva revela-se nos ataques direcionados diretamente à figura do Estado e às suas instituições. O questionamento incessante sobre o que é uma mulher direcionado às postagens conjuntas dos Ministérios carrega um sentido político claro: o objetivo é impedir, por meio do constrangimento, que a

pasta atue também em favor das pessoas transgêneros e travestis. Ao atacar a comunicação governamental, os usuários não debatem a eficácia da distribuição de absorventes, mas exigem que o Estado atue como um policial de gênero.

Ao clamar para que o Governo Federal recue no uso de termos inclusivos, os comentários exigem que o Estado se posicione como um fiador irrevogável da cisnormatividade. Trata-se de uma reivindicação explícita para que o poder público exerça o biopoder, nos termos de Foucault (2008), o qual reflete sobre a dinâmica social motivada por práticas de controle, principalmente pela produção de padrões sociais que instrumentalizam o indivíduo e excluem os destoantes. A fúria materializada nas redes sociais busca forçar o Estado a endossar a biologia como o único critério válido para a concessão de cidadania e acesso à saúde.

Contudo, é imperativo destacar que a tentativa de uso do termo “pessoas que menstruam” em substituição ao termo “mulher” nas pautas de dignidade menstrual não tem em si o objetivo de silenciar ou apagar a experiência performática de “ser mulher”, mas sim ampliar a diversidade de gêneros existentes e abraçar as particularidades de cada identidade para além dos padrões binários. A nível de política pública, isso significa garantir acessibilidade para todas as pessoas que possuem útero e menstruam, independente do gênero que performam socialmente.

O que a análise discursiva destas reações comprova é que a aliança entre conservadores e feministas radicais atua para sabotar essa ampliação. Ao exigir que o Estado trate a menstruação exclusivamente sob a ótica binária, esses grupos ignoram que ela é um fenômeno fisiológico natural do corpo humano atravessado por fatores sistêmicos e culturais, transformando uma política de dignidade humana em um instrumento de validação do patriarcado e de exclusão institucional.

Considerações finais

O presente artigo propôs-se a analisar as formações discursivas manifestadas na secção de comentários do Instagram do Ministério das Mulheres e do Ministério da Saúde, em resposta à campanha do Programa Dignidade Menstrual. Partindo do referencial da Análise de Discurso e dos estudos de gênero, a investigação debruçou-se sobre a violenta reação pública ao uso de terminologias inclusivas, como “pessoas que menstruam”, procurando

compreender como o debate em torno de uma política de saúde pública se transformou numa arena de policiamento e interdição identitária.

A análise do *corpus* confirmou a nossa hipótese central: a consolidação de uma aliança discursiva tática entre esferas conservadoras — frequentemente associadas à chamada machosfera — e vertentes do feminismo radical. Apesar de partirem de matrizes ideológicas historicamente antagônicas, estes dois grupos convergiram na mobilização de um léxico bioessencialista. Ao ancorarem a identidade feminina de forma estrita e exclusiva à anatomia reprodutiva (útero, ovários, cromossomos), ambas as frentes operam discursivamente para invalidar e excluir homens trans, pessoas não binárias e intersexo do debate público e do acesso a direitos fundamentais.

Mais do que uma mera divergência semântica sobre «o que é uma mulher», constatou-se que esta disputa opera como um poderoso dispositivo de biopoder. O ódio digital destilado nos comentários funciona como uma tática de silenciamento que visa constranger o Governo Federal, exigindo que o Estado atue como o avalista máximo da cisnormatividade. Ao reivindicarem que a política pública rejeite a pluralidade de corpos que menstruam, estes grupos exigem, na prática, que a ação governamental endosse a exclusão institucional, perpetuando o ciclo de vulnerabilidade e violência que historicamente atinge a população transgênero no país.

Conclui-se, portanto, que a ampliação do vocabulário institucional para abraçar as diversas identidades de gênero não representa um apagamento das lutas históricas das mulheres cisgênero, mas sim um passo civilizatório indispensável. A resistência violenta a esta inclusão evidencia que o patriarcado e a misoginia se reinventam, apropriando-se até mesmo de retóricas de defesa da biologia para manter o seu projeto de poder. Superar o determinismo biológico nas políticas públicas de saúde não é apenas uma questão de adequação linguística, mas um imperativo para garantir que a dignidade — menstrual e humana — seja, de fato, um direito universal.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: 2. A experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENEVIDES, B. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso: 13 mar. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125 p.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria e VAGGIONE, Juan. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1ª ed. São Paulo: UBU Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020. (Língua[gem], v. 64). E-book.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021. ISBN 978-65-87113-46-3. E-book.

SCOTT, Joan. Gender: A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, Nova York, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 5 dez. 1986. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1864376?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents. Acesso em: 19 maio 2024.

VALENTE, Mariana. **Misoginia na internet: uma década de disputa por direitos**. São Paulo: Editora Fósforo, 2023.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. 2 ed. Curitiba: Appris, 2019.

VERGÉS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção**. 1ª edição. São Paulo: UBU Editora, 2021.

WILLIG, Caroline Luiza. “QUEM MENSTRUA? NÃO SÓ MULHERES”. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1637257893_ARQUIVO_01856e6bb9ad806fa5e1eaa5ee6a4f9c.pdf. Acesso em 17 mar. 2024.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde...** [et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.